

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
REVISTA JURÍDICA IN VERBIS
CONSELHO EDITORIAL DA 43ª EDIÇÃO

Processo Seletivo Edital 02/2017
Resultado Definitivo da Seleção Formal

A **REVISTA JURÍDICA IN VERBIS**, por meio de seu Conselho Editorial, com sede no Setor de Aulas I, Campus Universitário Central da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, localizado em Lagoa Nova, CEP: 59078-970, Natal – RN, torna pública a lista de **ARTIGOS APROVADOS NA SELEÇÃO FORMAL** de trabalhos científicos para a 43ª edição do periódico, cuja materialização dar-se-á em observância com as especificações e disposições contidas no Edital 02/2017, previamente publicado.

Cumprir frisar, precipuamente, que todos os critérios norteadores considerados para a análise formal dos artigos submetidos foram extraídos das normas previstas no Edital 02/2017, no Guia de Normas, assim como no Artigo Modelo.

Destarte, após o prazo de 72 (setenta e duas) horas para interposição de recursos ao Resultado Preliminar da Seleção Formal divulgado em 19 de dezembro de 2017, arrolamos, a seguir, os títulos dos artigos aprovados e que, portanto, serão analisados na Seleção Material, próxima etapa do Processo Seletivo.

ARTIGOS APROVADOS – SELEÇÃO FORMAL
REGISTRO DE CANDIDATURA: A LEI Nº 13.165 DE 2015 E O DEVIDO PROCESSO LEGAL
O DIREITO À IDENTIDADE GENÉTICA NA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL HETERÓLOGA
ECONOMIA E TECNOLOGIA: DIFICULDADES NO DESENVOLVIMENTO DE UMA TRIBUTAÇÃO ADEQUADA À MODERNIZAÇÃO DA ECONOMIA
DIFERENCIAÇÃO DE PREÇOS PARA COMPRAS EM DINHEIRO E EM CARTÃO À LUZ DO DIREITO CONSUMERISTA: ANÁLISE CRÍTICA DA LEI 13.455 DE 2017
A NECESSIDADE DO USO DO MÉTODO CIENTÍFICO NO DIREITO SOB A ÓTICA DOS PRINCÍPIOS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DA PROPORCIONALIDADE
ANÁLISE EMPÍRICA DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO RIO GRANDE DO NORTE
O TRATAMENTO PENAL DO FENÔMENO DA CORRUPÇÃO PASSIVA NO BRASIL: UMA ANÁLISE PRELIMINAR
A INVERSÃO DO ÔNUS DAS DESPESAS NAS AÇÕES ESTATAIS
IMPLICAÇÕES DA ADOÇÃO DO PRINCÍPIO DA NEUTRALIDADE DA REDE PELA LEI N.º 12965/14
A TRANSPARÊNCIA JURÍDICO-POLÍTICA NO PROCESSO DE ADMISSÃO PARA O CARGO DE MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: UMA NOVA REALIDADE DE ACORDO COM A PEC 44/2012

AS INFLUÊNCIAS DA CULTURA NO DIREITO À LUZ DA FILOSOFIA DE PARMÊNIDES E HERÁCLITO: UMA ANÁLISE DE DISPOSITIVOS PARA EVITAR QUE A LEGISLAÇÃO TORNE-SE OBSOLETA

O RECONHECIMENTO DA ADAPTAÇÃO RAZOÁVEL COMO DIREITO FUNDAMENTAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E EXPRESSÃO DA TEORIA DA DISCRIMINAÇÃO POR IMPACTO ADVERSO

A RESPONSABILIDADE CIVIL PELO FATO DO PRODUTO E A PONDERAÇÃO ALEXYANA: CRÍTICA AO RECURSO ESPECIAL Nº 1.395.647-SC

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: ENTRE A LIBERDADE DO PARTICULAR E A NECESSÁRIA VAGUIDADE DA LEI

POSITIVISMO, DECISIONISMO E MARXISMO: O FENÔMENO JURÍDICO À LUZ DA FILOSOFIA DO DIREITO CONTEMPORÂNEA

A ALIENAÇÃO PARENTAL EM FACE DOS IDOSOS: A NECESSIDADE DE APLICAÇÃO ANALÓGICA DA LEI Nº 12.318/2010

A RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL E O PROBLEMA DO LIMITE À OBRIGAÇÃO DE REPARAR: UMA ANÁLISE DO CASO ALEMANHA VS. ITÁLIA

DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS INERENTES À MATERNIDADE PARA HOMENS EM FAMÍLIA HOMOAFETIVA

AS TUTELAS DE URGÊNCIA COMO INSTRUMENTOS DE EFETIVIDADE DO PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO

O PRINCÍPIO DA COCULPABILIDADE E SUAS POSSÍVEIS INTERSEÇÕES COM AS TEORIAS SOCIOLOGICAS DO CRIME

O *CRIMINAL COMPLIANCE* COMO MECANISMO DE PREVENÇÃO AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO

PORNOGRAFIA DE VINGANÇA: ANÁLISE DA INSUFICIÊNCIA DA TUTELA CIVIL À SUA NECESSÁRIA TIPIFICAÇÃO

ATIVISMO JUDICIAL E ATUAÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO NO CENÁRIO DO NEOCONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO

TRABALHO INFANTIL SEXUAL: ANÁLISE DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DIREITO A VISITA ÍNTIMA DURANTE O CUMPRIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE

E-COMMERCE: A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR À LUZ DO DECRETO-LEI Nº 7.962/2013

A INFLUÊNCIA DO TRÁFICO DE ENTORPECENTES NA OCORRÊNCIA DE HOMICÍDIOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE/PE NOS ANOS 2000

AS CONSEQUÊNCIAS DE DECISÕES JUDICIAIS NÃO FUNDAMENTADAS

DEMOCRACIA E DESCONFIANÇA: UMA ANÁLISE DO PROCEDIMENTALISMO EM JOHN HART ELY

A CONVENÇÃO DE MONTREAL E O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – UM EMBATE JURÍDICO SOBRE SUA PREVALÊNCIA

O TRABALHO INFANTIL EM ATIVIDADES ARTÍSTICAS: UMA ANÁLISE SOBRE OS LIMITES LEGAIS DA PROTEÇÃO AO LABOR DO MENOR

CIDADANIA E DIREITOS: A BUSCA PELA VISIBILIDADE DA COMUNIDADE LGBT

O PAPEL DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO ÀS TESTEMUNHAS E VÍTIMAS NA PERSECUÇÃO PENAL BRASILEIRA À LUZ DA LEI 9.807/99

A ARBITRAGEM NECESSÁRIA EM SOLO PORTUGUÊS E O ESTUDO DA POSSIBILIDADE DE SUA RECEPÇÃO EM *TERRA BRASILIS*: REFLEXÕES ACERCA DO ACESSO À JUSTIÇA

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA POSSIBILIDADE DE REGULAÇÃO DO WHATSAPP PELA ANATEL

A VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR DIANTE DAS PUBLICIDADES ENGANOSAS SOB A ÓTICA DO ART. 68 DO CDC

O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA: RESPONSABILIDADE PÓS-CONTRATUAL
PORNOGRAFIA NÃO CONSENSUAL NO MEIO CIBERNÉTICO: DA RESPONSABILIDADE DE
PROTEGER DO ESTADO

Sala da Revista Jurídica In Verbis – Natal/RN, 22 de dezembro de 2017

O Conselho Editorial